VISÃO DO CORREIO

Os danos da inércia

O rateio de cargos públicos forçado por coalizões partidárias tem dado provas de desastres na gestão das empresas estatais, das instituições de fomento e dos órgãos prestadores de serviço. As engrenagens do Estado são manipuladas sem responsabilidade ou profissionalismo. Os danos previsíveis não importam, o que interessa é abrigar aliados em nome da suposta governabilidade. O mais recente estrago é o rombo no Postalis, fundo de pensão dos empregados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).

Os trabalhadores terão de fazer contribuições extras por mais 15 anos para cobrir o deficit de R$ 5,6 bilhões, provocado pela perversa combinação de ingerência política, investimentos desastrosos e regulação frágil. Quando pensavam estar poupando, os participantes se viram diante de dívida exorbitante que não contraíram.

A gestão temerária foi identificada há cerca de 3 anos. Auditores fiscais lavraram 35 autos de infração, dos quais 23 sustentaram o afastamento dos diretores. Entre os muitos desacertos, apontaram investimentos lastreados em papéis podres na Argentina e na Venezuela. Os gestores sequer se preocuparam em fazer avaliação de risco. Os técnicos da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) identificaram as perdas exorbitantes no capital do fundo.

A mudança de integrantes na diretoria não implicou correção dos danos. Ao contrário. Seguiram-se operações irregulares, como a compra de títulos bancários e de cédulas imobiliárias de instituições com largo histórico de sucessivos prejuízos, que somente agravaram a situação.

Apesar dos relatórios e alertas que vieram à tona a partir de 2012, a Previc não interveio na diretoria do fundo, como recomenda a legislação vigente. Especialistas advertem que os prejuízos tendem a crescer diante da falta de providências para estancar a sangria no Postalis.

Adiar medidas indispensáveis implica aumentar as perdas dos trabalhadores e comprometer a credibilidade da instituição. Mais: envolve com o manto da impunidade os levianos com os interesses coletivos. Urge a apuração rigorosa dos desmandos a fim de garantir a reparação exigida pelos funcionários lesados nos direitos e frustrados nas expectativas.